

Por que saiu a ajuda do FMI à Argentina

Hermano Alves

A reunião do Fundo Monetário Internacional que aprovou o programa econômico da República Argentina foi antecipada — interrompendo assim as férias de verão dos participantes — por exigência da senhora Margaret Thatcher, primeira ministra da Grã-Bretanha. A senhora Thatcher, depois de embarcar para a Suíça, onde goza as férias e recupera-se de uma operação num dos olhos, tornou claro que o Banco da Inglaterra não garantiria (e, se necessário, criaria problemas) as operações dos bancos da City que pretendem participar de um empréstimo à Argentina no montante aproximado de 1,5 bilhão de dólares.

O governo da Argentina já obtivera do FMI uma declaração oficial de que Buenos Aires não estava discriminando companhias britânicas (os estatutos do Fundo proíbem discriminações) ao mesmo tempo em que anunciava a decisão de descongelar remessas de lucros e dividendos no valor de dez milhões de dólares, retidas desde a Guerra das Malvinas ou Falklands. Em Londres, onde a Embaixada do Brasil continua a representar os interesses argentinos, dizia-se que a atitude da senhora Thatcher foi mais ditada por motivos de ordem política do que por considerações de natureza econômica e financeira.

A equipe econômica argentina, chefiada pelo ministro da Fazenda Jorge Whebe e pelo presidente do Banco Central, Julio Gonzalez del Solar, conseguiu vencer as resistências dos setores nacionalistas das Forças Armadas, que defendem a declaração de moratória e o confisco dos bens ingleses, como uma retaliação contra a ocupação das Falklands.

Mas a intransigência desses setores, que obrigou o general Reinaldo Bignone, presidente da República, a intervir decisivamente, não foi o único obstáculo. A senhora Thatcher, que já conseguiu obstruir a normalização das relações financeiras entre a Argentina e os bancos da City em fins do ano passado, exigiu que o Fundo Monetário aprovasse o programa econômico de Buenos Aires.

Assim, antes mesmo que a sua missão chegasse à capital argentina para examinar o comportamento da economia do país no primeiro semestre deste ano, o Fundo Monetário interrompeu as suas férias em Washington para desbloquear as negociações que visam a encaminhar uma solução para o problema de uma dívida externa no montante de 40 bilhões de dólares e que estavam em ponto morto desde dezembro passado.

Com isso, cerca de 265 bancos internacionais emprestarão à Ar-

gentina um total de 1,5 bilhão de dólares, sendo que um terço para liberação rápida, a fatia final de um crédito antecipado, de juros muito altos, um *bridge loan* no valor de um bilhão de dólares, e um crédito de consolidação (*stand by*) de 1,5 bilhão.

O alto preço do dólar e as elevadas taxas de juros causam um grande dano à Argentina (como a todos os países devedores) e o simples fato de que quase 700 milhões de dólares do terceiro empréstimo mencionado já foram entregues a Buenos Aires demonstra que a dívida continua a devorar a capacidade produtiva e exportadora do país, a esta altura condicionada às flutuações internacionais. A Argentina tem a vantagem de não importar petróleo, uma vez que atingiu a auto-suficiência e este ano há sinais de que a colheita de cereais será excelente, o que permite a Buenos Aires prever um superávit no balanço comercial — e aliás já se dá como certo que houve um excedente no primeiro semestre estimado em dois bilhões de dólares.

No entanto, o país continua tecnicamente em conflito armado com a Grã-Bretanha e as Forças Armadas desejam equipar-se, a tendência dos principais partidos — Justicialista (peronista) e Radical — é a de adotar uma política mais nacionalista à medida que se aproxima o pleito de 30 de outubro.

Na Argentina, como no Brasil, há um verdadeiro partido da moratória e a City londrina mostra o seu alarmo diante da perspectiva de que o Brasil decida suspender os seus pagamentos — ou reescalônolos de maneira independente e de acordo com outra ordem de prioridades, tipicamente nacionalista. Se tal coisa acontecer, prevê-se que a Argentina imitará o exemplo brasileiro, até porque há um visível ressentimento diante da renegociação obtida pelo México, que obteve doze anos de prazo.

A imprensa britânica reflete esses temores e o *Financial Times*, por exemplo, chega ao ponto de admitir que a missão do FMI a Buenos Aires também consulte as forças de oposição argentinas, o que seria coisa impensável no fim da década de 50, quando o presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, enfrentou as objeções do Fundo Monetário ao seu programa de metas, tornando-se assim o primeiro estadista ocidental a tomar tal atitude. De qualquer modo, a pressa do FMI em cobrir a posição Argentina, atendendo às exigências da senhora Thatcher, demonstra o interesse crescente de impedir que uma grande nação devedora resolva, de repente, proferir a palavra proibida — moratória — e talvez provocar um estouro da boiada ou, como se diz em Washington, “um efeito dominó”.